

**NOVOS
HORIZONTES
SÉCS. XV-XVII**



COORD.

ANTONIO SÁNCHEZ

PALMIRA FONTES DA COSTA

HENRIQUE LEITÃO

I

**CIÊNCIA,
TECNOLOGIA
E MEDICINA
NA CONSTRUÇÃO
DE PORTUGAL**

**COORD.
GERAL**

**ANA
SIMÕES**

**MARIA
PAULA
DIOGO**

TINTA DA CHINA

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MEDICINA
NA CONSTRUÇÃO DE PORTUGAL

1

NOVOS HORIZONTES SÉCS. XV-XVII

COORDENAÇÃO GERAL

ANA SIMÕES E MARIA PAULA DIOGO

COORDENAÇÃO

ANTONIO SÁNCHEZ, PALMIRA FONTES DA COSTA
E HENRIQUE LEITÃO

LISBOA
TINTA-DA-CHINA
MMXXI

© 2021, CIUHCT
e Edições tinta-da-china, Lda.
Palacete da Quinta dos Ulmeiros
Alameda das Linhas de Torres, 152
Piso 1, escritório 10
1750-149 Lisboa
21 726 90 28/29 | info@tintadachina.pt

www.tintadachina.pt

TÍTULO
Ciência, Tecnologia e Medicina na Construção de Portugal
Volume I: Novos Horizontes — Sécs. XV-XVII

COORDENAÇÃO GERAL
Ana Simões e Maria Paula Diogo

COORDENAÇÃO DESTE VOLUME
Antonio Sánchez, Palmira Fontes da Costa e Henrique Leitão

CAPA E COMPOSIÇÃO
Tinta-da-china

REVISÃO
Tinta-da-china

1.ª edição: Junho de 2021

ISBN 978-989-671-596-0
Depósito Legal n.º 474898/20

ÍNDICE

Introdução geral	II
Introdução ao volume	17
O mundo ibérico e a ciência moderna: uma mudança de narrativa	27
<i>Antonio Sánchez, Henrique Leitão</i>	
A universidade medieval e renascentista	41
<i>Mário Farelo</i>	
O navio em teoria	67
<i>Francisco Contente Domingues</i>	
A construção naval nos séculos XVI e XVII: dados para a sua reconstrução histórica	83
<i>Filipe Vieira de Castro</i>	
Navegação e cartografia náutica nos séculos XV e XVI	101
<i>Joaquim Alves Gaspar</i>	
Cosmografia, náutica e conhecimento prático: espaços, práticas e artefactos	127
<i>Antonio Sánchez</i>	

Pedro Nunes na «Aula da Esfera»: o ensino da navegação teórica em Lisboa no colégio jesuíta de Santo Antão <i>Bruno Almeida</i>	151
A história natural no contexto do império português no Oriente, 1500-1600 <i>Palmira Fontes da Costa</i>	175
A natureza e a geografia da África austral nos roteiros e diários de navegação portugueses do século XVI <i>Ana Cristina Roque</i>	197
O papel da Universidade de Coimbra e do físico-mor na organização do campo médico no Portugal moderno <i>Laurinda Abreu</i>	221
Tradição e inovação na obra de médicos portugueses dos séculos XVI e XVII <i>Adelino Cardoso</i>	247
A presença médica portuguesa no império (séculos XVI-XVIII): acção dos agentes políticos <i>Laurinda Abreu</i>	269
Jesuítas, ciência e disciplina no Portugal da contra-reforma <i>Luís Miguel Carolino</i>	295
«Templos da Sciencia, e Jardins do Entendimento»: as bibliotecas das instituições eclesiásticas portuguesas como espaços de conhecimento <i>Luana Giurgevich</i>	325
Cometas, estrelas novas e matéria celeste em Portugal: as diferentes faces de um debate cosmológico seiscentista <i>Luís Miguel Carolino</i>	347

	As práticas astrológicas em Portugal	373
	<i>Helena Avelar de Carvalho, Luís Campos Ribeiro</i>	
151	Jardins como espaços de ciência, séculos XVI-XVII	393
	<i>Ana Duarte Rodrigues</i>	
175	Fortificação moderna, engenheiros militares e defesa do território: redes de actuação intercontinental	417
	<i>Margarida Tavares da Conceição</i>	
197	Notas biográficas	450
	Abstracts and keywords	455
221		
247		
269		
295		
325		
347		

O PAPEL DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA E DO FÍSICO-MOR NA ORGANIZAÇÃO DO CAMPO MÉDICO NO PORTUGAL MODERNO

Laurinda Abreu



O aumento dos níveis de pobreza associado às contínuas crises epidémicas que assolaram a Europa a partir de meados do século XIV, num contexto de transformação da estrutura da propriedade agrícola e de disrupção do modelo de relações sociais até aí vigente, impeliram as autoridades a procurar novas soluções no campo da saúde e da assistência.

Neste particular, a liderança pertenceu às cidades italianas, inovadoras nas políticas sanitárias, por exemplo com a criação dos Conselhos de Saúde, ao mesmo tempo que procuravam uma melhor articulação entre a repressão da mendicidade — relacionada com a disseminação das epidemias — e a prática da caridade — tendencialmente circunscrita aos «pobres merecedores». Foram ainda as cidades italianas que se adiantaram na reforma dos hospitais, transformando-os em instituições médicas — e, para isso, separando os enfermos dos pobres que apenas careciam de abrigo e excluindo os portadores de doenças contagiosas e/ou incuráveis — onde a formação de médicos e cirurgiões seguia a par com as funções terapêuticas, de que o Hospital do Espírito Santo, em Roma, é, porventura, o caso mais significativo (Renzi 1999, 102-131).

Neste período, o poder político começava a olhar a população como uma forma de capital, que devia ser protegido, como é afirmado pelo rei de Portugal, D. Afonso V, no diploma de 22 de Abril de 1449, quando ordenava aos médicos que fiscalizassem a qualidade dos produtos comercializados pelos boticários, pois o uso de mezinhas «danadas» poderia provocar

grande prejuízo à «saude pública»¹ — porventura, uma das mais recuadas referências a um termo que se julgava mais tardio.

O primeiro hospital português a acompanhar os novos hospitais *médicos* que se impunham na paisagem das grandes cidades europeias foi o Hospital de Todos os Santos — um projecto iniciado por D. João II em 1492 e concluído por D. Manuel I no início de Quinhentos. Apesar de se encontrarem testemunhos da prestação de cuidados de saúde em hospitais anteriores ao de Todos os Santos (como os hospitais de Palhais e de Jesus Cristo, em Santarém), tratava-se de espaços indiferenciados, que tanto acolhiam doentes como peregrinos, entrevados ou simples viajantes. A maioria dos hospitais não se distinguiu das albergarias e hospedarias, pouco mais oferecendo que «fogo e água e conduito», às vezes o apoio de um sangrador ou de um cirurgião, mais raramente de um médico, num tempo em que a doença era considerada antecâmara da morte. Os únicos estabelecimentos exclusivamente focados nos doentes eram as gafarias, locais mais de segregação dos leprosos do que de prestação de assistência médica.

Na história dos hospitais portugueses, o Hospital de Todos os Santos é, simultaneamente, um ponto de chegada — a culminar a reestruturação iniciada por D. Duarte, em 1432, com o objectivo de extinguir os hospitais «que fossem inúteis» e de reunir as suas rendas naquele que oferecesse melhores condições — e um ponto de partida, já que foi tomado por D. Manuel I como exemplo para os hospitais emergentes, no âmbito das reformas das políticas sociais por si conduzidas.

A intervenção de D. Manuel I nos mecanismos formais de assistência e saúde ocorreu numa conjuntura com características particulares, quer culturais, quer económicas — onde pontuam os valores humanistas, as riquezas e os saberes provenientes da expansão marítima —, sob uma precisa percepção do seu intrínseco potencial político, entre outras razões por que permitia levar os signos e os sinais régios para geografias onde a incipiente burocracia não conseguia penetrar. Sob a égide deste monarca, a reforma dos hospitais ganhou escala, foi institucionalizado o apoio às crianças abandonadas e criaram-se condições para que, através de um novo tipo de confrarias, as misericórdias e as terras pudessem cuidar dos presos, dos

1 *Jornal de Coimbra*, José Feliciano de Castilho, vol. 2, n.º 8 (Agosto de 1812), pp. 135-137.

pobres e dos doentes. A articulação e interdependência de todos estes elementos, que relevam igualmente desejos de controlo social, demonstram políticas coordenadas, que foram evoluindo em função da experiência adquirida, nomeadamente em relação aos hospitais.

Apoiada num conhecimento circunstanciado da situação das instituições assistenciais, colhido numa inquirição iniciada em 1496, a Coroa apropriou-se do património das que se encontravam em situação irregular, juntou-lhes esmolas variadas, de diferentes proveniências, rendas municipais e taxas cobradas às populações e fez nascer «hospitais grandes» (designação primeiramente atribuída ao Hospital de Todos os Santos). Construídos de raiz, em Coimbra e em Beja, ou resultantes da fusão e centralização de outros (Santarém, Setúbal, Estremoz e Évora), os novos hospitais contaram com a participação do poder local, a quem D. Manuel igualmente recorreu para difundir as confrarias de Misericórdia, após a fundação da Misericórdia de Lisboa, em 1498.

A confirmação das funções curativas dos hospitais, no trânsito do século xv para o xvi, é um dado da maior importância na história da saúde e da medicina em Portugal. Encontram-se pela primeira vez mencionadas no *Regimento do Hospital do Espírito Santo de Montemor-o-Novo*, de finais de 1495. É um documento que pode marcar, em território nacional, a mudança de paradigma relativamente aos hospitais e à relação da sociedade com a doença. Reforça esta ideia a alteração pouco depois registada na formulação da obra de misericórdia consagrada aos doentes, inscrita no primeiro compromisso (1498), manuscrito, da Misericórdia de Lisboa: aquela obra já não surgia na versão fixada por São Tomás de Aquino («visitar os doentes») mas expandida para «visitar e curar os enfermos».

O compromisso seguinte, impresso, de 1516, estabelecia já que «a segunda [obra de misericórdia] é curar os enfermos». A afectação de uma enfermaria no Hospital de Todos os Santos para os doentes encaminhados pela Misericórdia de Lisboa, logo em 1499, não é, nestas circunstâncias, um dado irrelevante. Ainda que com algumas hesitações iniciais, D. Manuel I começava a entregar alguns hospitais às misericórdias, movimento que triunfaria no pós-Concílio de Trento, depois de a Coroa ali ver reconhecida a sua autoridade sobre aquelas confrarias: administrados pelas misericórdias, confrarias sob tutela e protecção régias, os hospitais portugueses escapavam ao controlo episcopal, a que a Igreja os queria submeter.